

Atos do Poder Executivo

ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO  
C.N.P.J. (MF) 09.048.976/0001-09.  
AV. JOAQUIM CAVALCANTE DE MORAIS, 96 centro.  
CEP: 58398-000 – CENTRO – REMÍGIO – PB

LEI N.º 1.276/2022

**AUTORIZA A ABERTURA  
DE CRÉDITO ESPECIAL AO  
ORÇAMENTO VIGENTE PARA  
FINS QUE MENCIONA E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REMÍGIO – PB, FRANCISCO ANDRÉ ALVES**, no uso das suas atribuições Legais e Constitucionais, especialmente a do artigo 70, VIII da Lei Orgânica do Município de Remigio – PB sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial ao orçamento vigente, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), para atender as despesas decorrentes das receitas oriundas da Emenda Estadual Impositiva n.º 481/LOA-2022. Destinados a aquisição de veículo para saúde. Visando melhorar a promoção do atendimento em saúde dos cidadãos remigenses.

**Parágrafo Único.** A discriminação do crédito especial no caput deste artigo será assim distribuída:

**02.110 Fundo Municipal de Saúde**

**Rúbrica:** 10 302 1002 1020 Aquisição de Veículo para Saúde

**Elemento de Despesa:**

**4490.52** – Equipamentos e Material Permanente.....R\$ 150.000,00

**Fonte:** 16320000 – Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde.

**Finalidade:** aquisição de veículo para saúde.

**Art. 2º** As modificações orçamentárias para viabilizar a execução das despesas serão determinadas mediante Decreto do Poder Executivo com a determinação de novas dotações orçamentárias e correspondente fonte de recursos.

**Art. 3º** Para a cobertura do Crédito autoriza pelo artigo anterior serão usadas as fontes de recursos caracterizadas no art. 43, da Lei Federal n.º 4.320 de 17 de Março de 1964.

**Parágrafo Único** – Fica ainda o Poder executivo municipal autorizado a suplementar o referido projeto, caso seja necessário, nos moldes do artigo 42, da Lei Federal n.º 4.320 de 17 de Março de 1964, bem como, nos limites do valor autorizado na Lei Orçamentária Anual de 2022.

**Art. 4º** A estimativa do impacto orçamentário-financeiro decorrente da adoção das medidas previstas nesta lei, bem como, a declaração de adequação orçamentária e financeira estão contidos nos anexos I e II, consoante determinação insita no art. 16 da Lei Complementar n.º 101/2000.

**Art. 5º** Fica ainda o Prefeito Municipal autorizado a realizar as modificações oriundas do referido crédito especial na LDO e PPA vigentes promovendo à compatibilização da ação ora proposta.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Remigio/PB, 20 de julho de 2022.

**Francisco André Alves**

Prefeito Constitucional do Município de Remigio – PB